VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)

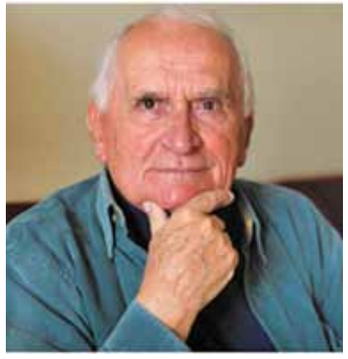
O REFERENCIAL

CONSTITUIÇÃO À PROVA DO TEMPO

Lusa - António Cotrim

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 120 | Janeiro - Março 2016

Constituição
Ano Quarenta



PEDRO PEZARAT CORREIA

Este número de *O Referencial* encerra-se nas vésperas do 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa. 2 de Abril de 1976, data grande da democracia portuguesa em que a Assembleia Constituinte, sob a presidência do cidadão ilustre e combatente antifascista professor Henrique de Barros, reunida em plenário, aprovou a Lei Fundamental que regeria o regime democrático, dando sequência ao compromisso assumido pelo MFA em 25 de Abril de 1974. É, por isso, justamente, matéria de fundo e tema de capa desta edição.

Em torno da Constituição da República se desenvolve, no essencial, a entrevista com o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, conduzida pelo nosso editor, na qual aquele fez questão de destacar que a passagem dos anos se encarregou de confirmar o que Henrique de Barros previa, que a Assembleia aprovara uma "Constituição à prova do tempo".

Num Estado democrático e de direito a Constituição é a coluna dorsal da democracia. A democracia não é a invocação teórica de valores abstractos adaptáveis aos caprichos dos governantes. A democracia só se cumpre no respeito pela vontade de uma comunidade que, soberanamente e em liberdade, definiu as regras a que devem submeter-se as instituições e os representantes que escolheu para exercerem o poder. Uma constituição reúne essas regras básicas e consagra uma vontade soberana.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 foi aprovada em total liberdade pelos representantes do povo português, eleitos em 25 de Abril de 1975, no sufrágio mais participado e mais livre alguma vez realizado em Portugal. Foi elaborada no decurso de um processo revolucionário, é certo. Como escreveram Vital Moreira e Gomes Canotilho na sua *Constituição da República Portuguesa – Anotada* (Coimbra Editora, 1980), *A CRP nasceu de uma revolução e a ela deve muito do seu conteúdo. Mais do que constituinte de uma revolução a CRP foi constituída pela revolução.* (p. 7) Mas foi votada e aprovada já findo o processo revolucionário, depois do 25 de Novembro de 1975, quando o processo contra-revolucionário até já dava os primeiros passos, e os dezasseis deputados do CDS puderam, no acto da aprovação na generalidade, votar contra sem qualquer constrangimento. Resultantes de revoluções são algumas das mais respeitáveis e emblemáticas constituições de potências liderantes do actual sistema internacional e ninguém ousa contestar a sua legitimidade.

A Constituição, de 1976 até hoje, já foi objecto de sete revisões mas continua a ser a Constituição da República Portuguesa. Ironicamente continuam a ser aqueles que mais se bateram por aquelas revisões que mais a põem em causa e que, uma vez no poder, mais a têm atropelado, chegando a governar nas margens da constitucionalidade, o que é o mesmo que dizer nas margens da legitimidade democrática. Portugal ainda está a sofrer os efeitos negativos de um período em que esteve dominado por uma conjuntura política que afrontou, abertamente, a legalidade constitucional. A Constituição foi a bandeira em torno da qual se demarcaram fronteiras pela defesa do regime democrático, do nosso regime democrático.

A A25A decidiu, na sua Assembleia Geral do passado dia 19 de Março, por proposta da Direção, promover e participar em comemorações condignas do 40.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. Faz bem, é justo e é oportuno. E congratulamo-nos com a intenção, anunciada pelo presidente da Assembleia da República nestas páginas, de submeter à votação no Parlamento, em 31 de Março, de *um Projeto de Deliberação para atribuir o título de Deputado Honorário às Deputadas e Deputados à Assembleia Constituinte*. É uma forma condigna de consagrar uma data emblemática da democracia portuguesa e de perpetuar a ligação àquela Casa das portuguesas e dos portugueses que se tornaram os construtores do edifício constitucional que teve os seus alicerces em 25 de abril de 1974.

Despedida

Decidimo-nos pelo título, para esta mensagem, de Despedida, Só em parte é rigoroso, porque é uma despedida, sim, das funções de diretor de *O Referencial*, mas não é uma despedida de *O Referencial*. A ele continuarei ligado, obviamente como leitor, presumivelmente como colaborador.

Julguei que era chegada a hora. Não vou justificar-me com cansaço, com a idade, com afazeres. Apenas porque senti que era altura de mudar, de quebrar rotinas, de "rejuvenescer" a direção e porque considerei que as condições são favoráveis para que isso seja feito com naturalidade. A sucessão está assegurada por quem já deu provas de capacidade, responsabilidade e sucesso, a qualidade está garantida porque o editor, grande responsável pelo reconhecido nível que a revista atingiu, permanecerá no seu posto.

Foram 24 anos e 96 edições, num ritmo quadrianual que herdámos e prosseguimos rigorosamente. No Editorial do n.º 26, de Janeiro a Março de 1992, a propósito do início das nossas funções, escrevemos: *[...] admite-se que tudo o que com ele* (O Referencial) *se relaciona, possa ser repensado: objetivos, conteúdo, formato, a sua própria natureza. Não planeamos cortes radicais, prevendo sim um processo evolutivo, que venha a concretizar-se num produto diferente. Estamos cientes de que é inevitável mudar, mas só o confronto com a realidade nos apontará com mais clareza o caminho. Abordá-lo-emos com prudência, sem ambições fantasistas, conscientes do nosso amadorismo, da falta de um corpo redatorial, da carência de estruturas próprias. Comecemos por tentar que nos leiam. A colaboração poderá vir por arrastamento. A qualidade surgirá então como resultado.*

Olhando para o que *O Referencial* é hoje, creio poder afirmar que cumprimos o prometido.

Seria ingrato se não me despedisse com uma palavra que traduz o meu sentido agradecimento:

- À Direção da A25A que sempre nos incentivou, em nós confiou e sem cujo apoio o nosso projeto teria sido inviável.
- Aos que, antes de nós, fundaram e puseram de pé *O Referencial*, então apenas um boletim da direção e que, por isso, eram condicionados por acumularem funções diretivas; foram os pioneiros de uma obra de que nos limitámos a ser continuadores.
- Aos que, desde sempre, sustentaram a retaguarda, reunindo colaboração, contatando pessoas, ajudando o trabalho editorial, relacionando-se com a(s) gráfica(s), procedendo à distribuição; sem a Alice Monteiro, o Olivença (infelizmente já não entre nós), o António Belo, o Mário Figueiredo que efemeramente assessorou a edição, *O Referencial* não existiria.
- Uma palavra muito particular para o nosso editor, José António Santos que, com o seu profissionalismo, a sua cultura e inteligência, o seu rigor e sentido democrático, a sua desmedida dedicação à A25A, tornou possível que o nosso projeto inicial virasse realidade, porque pensamos que hoje, já não apenas como boletim da direção, mas como revista da Associação 25 de Abril, atingimos um patamar que nos dignifica.
- A todos os que nos dispensaram a sua colaboração, por iniciativa própria ou a nosso pedido, contribuindo com a matéria-prima de que somos feitos.
- Por fim, a todos os nossos leitores, que nos leram, que nos incentivaram, que nos criticaram, que nos permitiram sentir que o nosso produto tinha destinatário.

A todos, OBRIGADO.

Para o Martins Guerreiro, a palavra final. Sabemos quem és, Sabemos o que vales. Sabemos que ao desejar-te as maiores felicidades não estamos a proferir meras palavras de circunstância.

Pedro Pezarat Correia

TEMA DE CAPA

ENTREVISTA COM FERRO RODRIGUES 8

MEMÓRIA

GUERRA DO ULTRAMAR 20

ÚLTIMOS DIAS DE PENICHE 26

PANTEÃO DA NOSSA MEMÓRIA 28

ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS 32

VICENTE DA SILVA 36

MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA: DO FIM DA II GUERRA MUNDIAL AO 25 DE ABRIL 48

BRIDGE - 103 52

BOLETIM

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL 54

CONVITES 56

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço |**Director:**Pedro de Pezarat Correia|**Conselho Editorial:** Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 23 -5ºC - 1350 - 179 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

Sinais do Lar XIV, de Stela Barreto
Acrílico s/ tela, 56x71

Lusa - António Cotrim

Direitos reservados - AR

Não vejo nenhuma questão em torno dos **PODERES PRESIDENCIAIS**

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

A 2 de Abril de 2016, cumprem-se 40 anos sobre a data em que a Assembleia Constituinte, reunida em sessão plenária, aprovou a Constituição da República Portuguesa. Desde então, operaram-se sete revisões ao texto inicial. Em entrevista a "O Referencial", o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, fala do aperfeiçoamento da Lei Fundamental onde se preserva "a matriz de Abril", e reconhece: "a força da Constituição, os valores do programa constitucional, perduram no tempo e são determinantes para balizar as políticas públicas de cada governo, independentemente da sua orientação política e ideológica". Ferro Rodrigues evoca o presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, que previu "uma Constituição à prova do tempo"; recusa qualquer "questão em torno dos poderes presidenciais"; e entende que "um Presidente da República, que consiga comunicar com o País será sempre um Presidente que vai estar em melhores condições para dialogar, por igual, com todos os órgãos de soberania, com todos os partidos políticos e com todos os parceiros sociais". Sobre o contínuo aperfeiçoamento da Constituição da República, Ferro Rodrigues considera que "precisamos de uma democracia de proximidade, cada vez mais. O tempo do poder distante, sacralizado, já lá vai, e temos de saber responder a essa nova cultura política e cívica". Nas páginas seguintes, a entrevista, a que Ferro Rodrigues respondeu por escrito.

Cumpridos 40 anos sobre a data da aprovação da Constituição da República Portuguesa, há razões para celebrar?
Há todas as razões para celebrar, e por isso temos a Assembleia da República empenhada a cem por cento nessas comemorações que se iniciam no dia 31 de março com a votação de um Projeto de Deliberação para atribuir o título de Deputado Honorário às Deputadas e Deputados à Assembleia Constituinte, e que se vão prolongar até ao fim do ano.

O que celebramos, então?
Celebramos justamente o programa de desenvolvimento democrático que é a Constituição e para o qual contribuíram os constituintes e os partidos que, chegando à Assembleia, ainda em 1975, com visões políticas e ideológicas tão diferentes, souberam convergir no essencial. O essencial são as regras do jogo democrático às quais aderimos sem reservas e os valores associados aos direitos políticos, sociais, económicos e culturais que fundamentam as políticas públicas na democracia portuguesa.

A primeira revisão constitucional retirou poderes ao Presidente da República e atribuí-os à Assembleia da República. Nessa altura, considera que se terá ido além do razoável?
Não vejo nenhuma questão em torno dos poderes presidenciais. A Constituição foi sendo revista, mas continua a conferir importantes poderes ao Presidente da República. Poderes que todos conhecemos: por exemplo, o poder de veto, o poder de enviar mensagens ao parlamento e, no limite, o poder de dissolução da Assembleia da República.
Mas como tenho dito, aos poderes formais, a legitimidade do voto popular dá ao Presidente poderes informais não menos importantes: o poder da palavra e o poder da influência. Nesse sentido, insisto muito nesta ideia: um Presidente da República, sintonizado com o País, pode tornar-se no promotor das convergências estratégicas de que Portugal tanto necessita e que vão muito para lá do ciclo das legislaturas. Um Presidente da República que consiga comunicar com o País será sempre um Presidente que vai estar em melhores condições para dialogar, por igual, com todos os órgãos de soberania, com todos os partidos políticos e com todos os parceiros sociais.

O nosso sistema constitucional prevê dois órgãos de soberania com igual legitimidade democrática. Considera que o equilíbrio de poderes entre Presidente da República e Assembleia da República está correcto ou deve ser alterado? Como e em que medida?
Revejo-me totalmente no actual equilíbrio de poderes. São órgãos de soberania com legitimidade eleitoral, os únicos, e com funções bem definidas pela Constituição.
Agora, as instituições, estando limitadas pela lei fundamental e pelas tradições, também são as pessoas que as representam e as lideram transitoriamente. É muito importante que todos os actores saibam estar à altura das suas responsabilidades. O que sinto, agora que tomou posse o novo Presidente da República, é que entrámos nesta relação institucional e

Direitos reservados - AR

Celebramos o programa de desenvolvimento democrático que é a Constituição e para o qual contribuíram os constituintes e os partidos que, chegando à Assembleia, ainda em 75, com visões políticas e ideológicas tão diferentes, souberam convergir no essencial

Direitos reservados - AR

Direitos reservados - AR

A força da Constituição, os valores do programa constitucional, perduram no tempo e são determinantes para balizar as políticas públicas de cada governo, independentemente da sua orientação política e ideológica

Precisamos de uma democracia de proximidade, cada vez mais. O tempo do poder distante, sacralizado, já lá vai, e temos de saber responder a essa nova cultura política e cívica

pessoal com o pé direito – e só posso esperar que se mantenha desse modo, garantindo que farei tudo o que estiver ao meu alcance para que assim seja.

Após sete revisões da Constituição, a matriz de Abril mantém-se?
Penso que isso é inegável, e está aliás demonstrado em vários trabalhos de ciência política. Ao longo do tempo, foi necessário clarificar as competências das Forças Armadas num novo quadro democrático consolidado, foi necessário adaptar o País à integração europeia e abrir caminho às privatizações de alguns sectores. Tudo isso se fez com alargado consenso, mas no essencial acho que se confirmou aquilo que o Presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, previu: uma Constituição à Prova do Tempo, justamente o título de uma exposição que vamos inaugurar dia 21 de abril na Assembleia da República.
Vimos isso muito bem durante a execução do chamado programa da Troika, o programa de ajustamento económico e financeiro, entre 2011 e 2013. Vimos como a Constituição funcionou de garante de direitos fundamentais, o que obrigou o Governo da época a negociar medidas alternativas com os nossos credores. A força da Constituição, os valores do programa constitucional, perduram no tempo e são determinantes para balizar as políticas públicas de cada governo, independentemente da sua orientação política e ideológica.

Há espaço para a aperfeiçoar? Em alguns sectores da sociedade portuguesa começa a ouvir falar-se em revisão constitucional. É chegado o tempo para o fazer? Quando e em que moldes?
Há sempre espaço para aperfeiçoar. A qualidade da democracia é um processo gradual que vive de aperfeiçoamentos. As revisões constitucionais têm tempos próprios e dependem da iniciativa dos deputados. Todos notamos que há uma desconfiança crescente em relação às instituições democráticas. Quanto a mim isso deve-se muito ao contexto de crise e restrições que temos vivido e que tem deteriorado as condições de vida da generalidade dos portugueses. Agora, é evidente que as instituições também se podem reformar e aperfeiçoar. A Constituição já permite e já permitiu importantes reformas no sistema político. Temos de olhar também para a revolução digital e para o que ela nos pode dar em termos de aproximação entre eleitores e eleitos. Veja-se o potencial das redes sociais. Precisamos de uma democracia de proximidade, cada vez mais. O tempo do poder distante, sacralizado, já lá vai, e temos de saber responder a essa nova cultura política e cívica.

Um Presidente da República, sintonizado com o País, pode tornar-se no promotor das convergências estratégicas de que Portugal tanto necessita e que vão muito para lá do ciclo das legislaturas

Um Presidente da República que consiga comunicar com o País será sempre um Presidente que vai estar em melhores condições para dialogar, por igual, com todos os órgãos de soberania, com todos os partidos políticos e com todos os parceiros sociais

Direitos reservados - AR

PUBLICIDADE

MEDALHAS COMEMORATIVAS

No exercício do magistério dos valores de Abril a A25A exprime-se em várias linguagens e narrativas. O tempo e a história de Abril estão também contados através da expressão artística de diversos autores, vazada na impressiva comunicação da medalhística. A A25A dispõe de um acervo interessante de medalhas alusivas ao 25 de Abril e a outros momentos importantes da História Contemporânea de Portugal que podem ser adquiridas através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR - II Série, n.º 91 de 18 de Abril) • Membro honorário da Ordem da Liberdade

---

COMUNICADO

Portugal tem, a partir de hoje, um novo Presidente da República.

Com a eleição e a tomada de posse de Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa continua a cumprir-se a Constituição da República, continua a cumprir-se Abril, continua a cumprir-se Portugal.

Confiando que Marcelo Rebelo de Sousa possa, enquanto Presidente da República, contribuir para recuperar e consolidar os valores de Abril, tão atacados nos últimos tempos, formulamos-lhe votos do maior êxito no exercício das funções de Presidente da República.

O seu sucesso será também o sucesso das portuguesas e dos portugueses, isto é de Portugal.

Por Isso lhe apresentamos as nossas felicitações e os votos de felicidades, com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 9 de Março de 2016
O Presidente da Direcção

Vasco Correia Lourenço

Guerra do Ultramar

JOSÉ BAPTISTA
FERNANDO FARINHA (FOTOS)

A 15 DE MARÇO de 2016 completam-se cinquenta e cinco anos após o início da normalmente denominada 'Guerra do Ultramar', também conhecida por 'Guerra Colonial' e 'Guerra de África', ou ainda 'Guerra de Libertação'.
Independentemente da denominação adoptada, a data de 15 de Março de 1961 é historicamente considerada como o início de uma guerra que durou treze longuíssimos anos, na qual estiveram envolvidos o povo português e os povos africanos sob administração colonial portuguesa.
A data de 15 de Março de 1961 corresponde ao primeiro dia dos massacres perpetrados pela União das Populações de Angola (UPA), calcula-se que nesse dia e seguintes, tenham sido indiscriminadamente chacinadas em Angola aproximadamente mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, de origem europeia e africana.
Segundo a linha histórica de análise aqui adoptada, a Guerra do Ultramar inicia-se em Angola no ano de 1961, em 1963 estende os seus efeitos ao território da Guiné-Bissau e em 1964 penetra as fronteiras da colónia portuguesa de Moçambique, resultando esta sequência de acontecimentos político/militares num quadro de conflito armado generalizado, no qual Portugal se esforçou administrativa e militarmente ao longo de treze anos para manter o controlo das suas colónias africanas.
Em Dezembro de 1961, a capitulação das forças militares portuguesas perante as forças militares da União Indiana, na sequência da invasão militar dos territórios indianos de Goa, Damão e Diu, por parte das forças militares da União Indiana, para além do grave abalo político/militar que provocou em Portugal e da perturbante fragilização do orgulho do regime político semifascista português, levou também o regime a concluir que, da manutenção do controlo administrativo/militar das colónias africanas dependia agora inteiramente a sua sobrevivência política.
Conforme foi anteriormente referido, entre os efeitos políticos da perda dos territórios indianos, está a interiorização que o regime político semifascista português fez da noção de que, a sua sobrevivência política dependia dos bons resultados militares na Guerra do Ultramar, o que conduziu à perpetuação do conflito armado em África.

Ao longo de treze anos as autoridades portuguesas desprezaram os imensos sacrifícios físicos e psicológicos, de aproximadamente oitocentos mil jovens soldados portugueses, sacrifícios que poderiam ter sido utilizados para ajudarem Portugal a negociar uma solução político/militar para o fim do conflito e sequencialmente proporcionarem a Portugal a possibilidade de negociar no quadro do direito internacional em vigor, a independência político/administrativa das suas colónias.
A Guerra do Ultramar permitiu ao regime po-

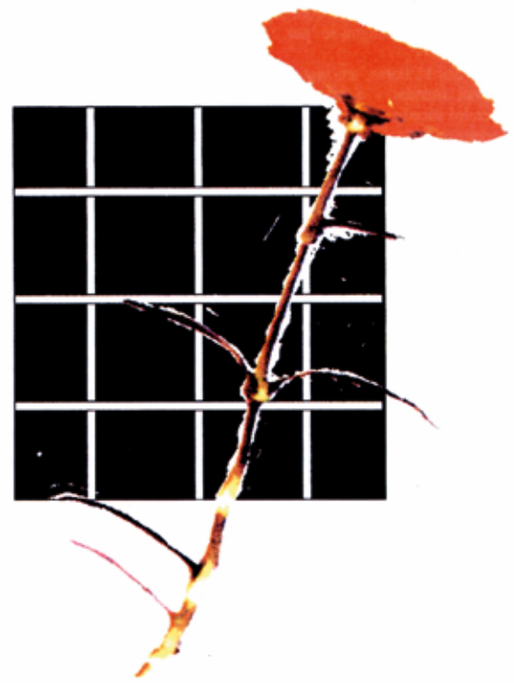
lítico semifascista português sobreviver mais uns penosos anos, mas ditou também o seu final ao despertar a consciência política de um conjunto de jovens oficiais das Forças Armadas Portuguesas (Capitães de Abril), para a injustiça e imoralidade do esforço que lhes era exigido e aos seus homens, mas principalmente era exigido ao povo português e aos povos africanos sob administração colonial portuguesa.

O facto acima descrito esteve seguramente na origem do golpe militar de 25 de Abril de 1974, cuja dinâmica político/militar conduziu a uma revolta militar, posteriormente consolidada numa revolução política e social, a denominada 'Revolução de 25 de Abril', ou 'Revolução dos Cravos'. Do novo quadro político surgido da Revolução de 25 de Abril de 1974, resultou a negociação e atribuição da independência a todas as colónias portuguesas em África.

Pela sua enorme importância na nossa recente história colectiva a Guerra do Ultramar deve ser sempre recordada, essa atitude justifica-se inteiramente, quer pela força e dimensão do acontecimento militar, quer pelo valor e utilidade da lição político/social que nos ensina.

Ao homenagearmos, sempre que a data de 15 de Março se repetir no calendário, as vítimas da 'Guerra do Ultramar', 'Guerra Colonial', 'Guerra de África', 'Guerra de Libertação', ou seja, ao homenagearmos os militares e civis, mortos e feridos durante os treze anos que durou o conflito armado em África, estaremos simultaneamente a prestar a indispensável homenagem às suas famílias, de um lado e do outro das trincheiras do conflito.

POR DETRÁS DAQUELA JANELA



Os "últimos dias" de Peniche

Carlos S. da Costa*

Peniche, pavilhão B, 10 e 20 pisos, 8 horas da manhã do dia 25 de Abril de 1974. Alguns camaradas deram conta que o aparelho de rádio havia sido silenciado. "Uma avaria, já a ser reparada" – explicou o guarda de serviço ao pavilhão.

Anunciava-se um dia enevoado e de grande tensão. Decidíramos iniciar uma greve de fome de solidariedade para com os presos de Caxias. A "avaria" prolongou-se por toda a manhã, bem como a nossa exigência de explicações.

Cerca das 11 horas, um segundo episódio confirmaria as suspeitas de que a direcção prisional mentia: – a televisão transmitia marchas militares. As justificações do carcereiro sucediam-se cada vez mais hesitantes, nervosas e contraditórias.

Receámos um golpe militar do Kaúlza de Arriaga. Às 13 horas os nossos familiares foram impedidos de nos visitar. Do director da prisão, instado a receber-nos, não havia notícias.

Entretanto, a GNR rendia-se na muralha e calava baionetas nas metralhadoras. Preparámo-nos para o pior.

Atraído à casa de banho (um problema de canos a resolver), isolado e coagido por alguns camaradas, o guarda de serviço acabou por confessar: – um levantamento militar, vitorioso por todo o país, havia já deposto o governo e prendido os seus responsáveis. Atribuía a direcção do movimento a um tal de MFA e ao general Spínola.

Tudo se transformou em segundos.

De imediato, erguemos barricadas para resistir à eventual tentativa de nos utilizarem como reféns e rompemos o diálogo com as forças prisionais.

Nenhuma transigência. Libertação imediata, era tudo.

Estivemos barricados até às 16 horas do dia 26, momento em que, finalmente, foram abertas as portas da prisão e pudemos receber o MFA.

Os abraços efusivos gelaram com uma primeira notícia de desalento: - segundo a Junta de Salvação Nacional, alguns dos nossos camaradas deveriam permanecer presos por alegados crimes de delito comum.

"Ou saímos todos ou não sai ninguém!"

Saímos todos, finalmente, às 3 horas da madrugada do dia 27 de Abril.

À nossa espera o povo de Peniche envolveu-nos num abraço inesquecível.

De 1934 a 1974 milhares de resistentes ao regime fascista e colonial português cumpriram penas de prisão na fortaleza de Peniche.

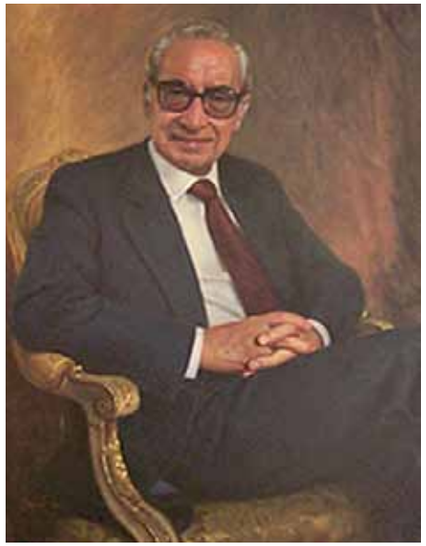
O dia-a-dia prisional, ao longo destes 40 anos, foi uma impriessionante afirmação de dignidade política e humana por parte de todos os que se bateram, também na prisão, pela libertação do nosso povo.

*Professor na Escola Secundária de Carcavelos

PANTEÃO
DA NOSSA MEMÓRIA

De repente, neste início do ano e 2016, desapareceram do nosso convívio – de nós, daqueles que não esquecem os que lutaram contra a ditadura salazarista e por isso foram percursores do 25 de Abril – quatro personalidades que se distinguiram numa vida que foi longa e que foi cheia. *O Referencial* regista aqui a sua breve homenagem.

LUÍS VICENTE DA SILVA (1923-2016), sócio fundador da A25A, "capitão de Abril" como já fora "capitão de Delgado". Pela nossa parte não podemos calar a profunda amizade que nos ligava. Depois da intensa colaboração em Angola no período conspirativo e, depois, na euforia da implantação do 25 de Abril, foi a nosso convite que, durante anos, enriqueceu com o seu humor cáustico, com o seu sentido crítico, com a arte do seu traço muito próprio, os nossos Editoriais, que em mais de quarenta edições foram ilustrados com os seus preciosos cartoons. Porque foi colaborador assíduo de *O Referencial* dedicamos-lhe um espaço destacado.



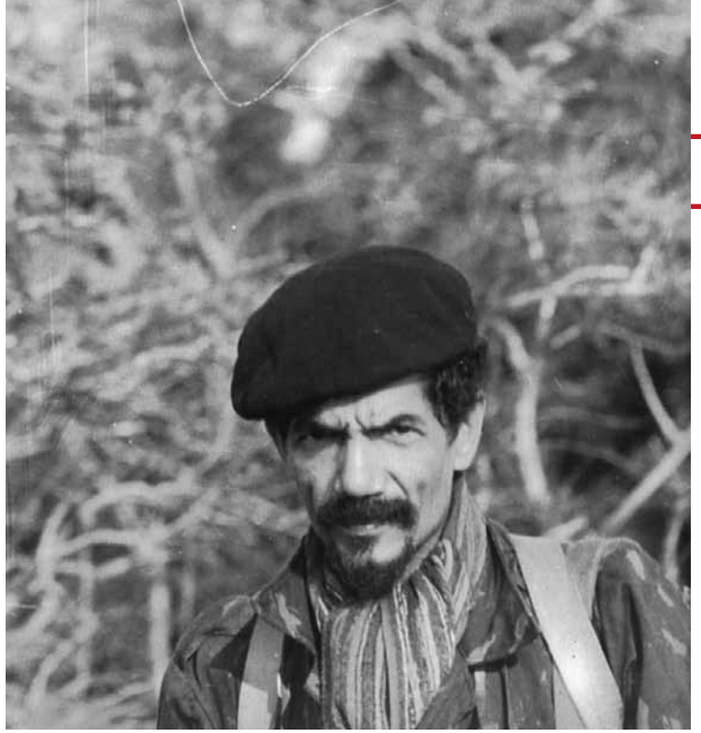
ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS (1926-2016), jurista insigne. Lutador pela liberdade e pela democracia desde a sua juventude, distinguiu-se nas fileiras da oposição em Moçambique e nas barras dos tribunais onde corajosamente defendia os nacionalistas moçambicanos perseguidos pela tirania colonialista. Chamado a participar nos governos de transição, com papel destacado nas negociações com os movimentos de libertação e na formulação dos acordos finais para as independências das colónias, deixou o seu nome gravado nos anais do 25 de Abril. No período constitucional foi deputado, ministro, presidente da Assembleia da República e, da sua vasta e riquíssima experiência legou-nos precioso testemunho em vasta obra literária publicada. Mas foi também alguém a quem a A25A ficou a dever a redação dos seus Estatutos e que, por isso, nestas páginas lhe reservamos uma evocação assinada pelo presidente da A25A.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA (1922-2016), arquitecto ilustre, deixou uma obra publicamente reconhecida como de enorme qualidade técnica e artística, com profundo conteúdo social, justificando galardoações várias e o doutoramento *honoris causa* pela sua escola, a Escola de Belas-Artes de Lisboa hoje denominada Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Corajoso lutador antifascista e contra a guerra colonial, militou nas fileiras dos católicos progressistas, sempre inconformados com as ligações da hierarquia da Igreja ao salazarismo, aliados aos sectores mais avançados da oposição, o que lhe valeu uma perseguição sistemática da polícia política, incluindo várias prisões. A última prisão, em Janeiro de 1973, na sequência da vigília da Capela do Rato na qual se celebrava, com sentido militante, o Dia Mundial da Paz proposto pelo Papa Paulo VI, terminaria em 26 de Abril de 1974, quando os militares do MFA abriram as portas das prisões políticas, entre elas a de Caxias onde Teotónio Pereira estava encarcerado. A sua própria libertação quando Portugal também conhecia a liberdade pela qual tanto lutara, constituiu para Nuno Teotónio Pereira uma feliz e justíssima coincidência.

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.



LÚCIO LARA (1929-2016) é aqui a excepção, porque de todos os evocados é o único que não era cidadão português. Angolano, fundador, militante e dirigente do MPLA, tendo centrado a sua luta no combate ao colonialismo e pela independência do seu país, não foi menor o seu contributo na luta contra o fascismo e a ditadura em Portugal. Porque, como assinalaram vários nacionalistas nomeadamente Amílcar Cabral, a luta contra o colonialismo era aliada da luta antifascista. Ao lutar pela libertação de Angola estava também a contribuir para a libertação de Portugal. Aliás Lúcio Lara, quando estudante em Portugal, juntamente com outros companheiros da Casa dos Estudantes do Império, com destaque para o seu camarada e amigo de sempre Agostinho Neto, militou nas fileiras do MUD Juvenil na década de quarenta e cinquenta e fê-lo com a consciência de que estava a promover a luta pela libertação do seu país. Depois do 25 de Abril participou em todas as negociações do MPLA com o MFA e com o Governo Português e coube-lhe dirigir a primeira delegação do MPLA em Angola depois da cessação das hostilidades acordadas em Lunhamege. Daí e dos contactos frequentes que então mantivemos, nasceu uma amizade que se consolidou em encontros em Lisboa e Luanda. Lúcio Lara foi uma personalidade incontornável na Angola independente, foi quem empossou os dois presidentes da República, Agostinho Neto e Eduardo dos Santos, foi deputado, foi presidente da Assembleia Nacional, impôs-se sempre como um cidadão impoluto fiel aos ideais libertadores e revolucionários, foi e é uma referência da Pátria Angolana. No fim da sua vida dedicou-se à fundação e instalação da Associação Tchiweka (seu nome de guerra na luta de libertação), dedicada à reunião de documentos e mais diverso património relacionado com a história do movimento nacionalista angolano e à sua divulgação, pela escrita, pela imagem, pelo som. Obra notável que os seus filhos, Paulo e Wanda e colaboradores mais próximos estão a continuar e que ajudará a perpetuar o nome deste Cidadão Maior de Angola e de África.

PPC

António de Almeida Santos

Vasco Lourenço

NOUTRO LOCAL deste *O Referencial*, o Pezarat Correia escreve sobre Almeida Santos, que há pouco passou ao Oriente Eterno. Não vou, falar sobre esse amigo pessoal, que com enorme desgosto vi partir.

Tive com ele uma relação de forte amizade, com vários episódios relevantes, de que destaco, em termos pessoais, o apoio que me deu quando da "guerra" entre mim e o então CEME, Gen. Firmino Miguel, que culminou com a minha punição disciplinar e o recurso para o Supremo Tribunal Militar.

Foi precisamente para esse recurso que Almeida Santos me apoiou, através do Carlos Adrião Rodrigues, dado que o próprio não podia advogar.

Ainda hoje "me rio" quando penso na maneira absolutamente desastrosa como os juízes do STM responderam à minha defesa: à demonstração de que, não havendo uma definição concreta da barreira além da qual as declarações de um militar eram inaceitáveis, porque ilegais, essa definição teria de ser encontrada nas declarações proferidas pelos chefes militares, eles igualmente sujeitos às mesmas leis que os seus subordinados. Isto é, se um qualquer Chefe de Estado-Maior tivesse proferido determinadas declarações, isso passaria a ser lei e daí que qualquer militar que proferisse declarações do mesmo tipo não estaria a infligir a lei. Ora, como vários chefes haviam proferido declarações "muito para além" das proferidas por mim, incluindo o que me punira, isso significava que a punição era ilegal, devendo portanto ser anulada.

Que fizeram os doutos juízes do STM?

Pura e simplesmente, afirmaram não estar a julgar os chefes militares, pelo que não tomavam conhecimento dos argumentos, não os consideravam e mantinham a punição.

E assim, a extraordinária defesa de Almeida Santos foi espezinhada por um grupo de "generais", que mancharam mais uma vez o Supremo Tribunal Militar e as Forças Armadas Portuguesas...

Perdoem-me não ter resistido a lembrar este episódio, que apenas justifico porque elucidativo da extraordinária perspicácia e capacidade de argumentar do causídico Almeida Santos, que a Politica roubou ao Direito.

O que quero aqui lembrar mais que tudo é o importantíssimo apoio que tive, e por esse efeito a Associação 25 de Abril teve também, quando da nossa fundação em Outubro de 1982.

Tendo óptimas relações com Almeida Santos, muitas conversas tivemos quando se aproximava o fim do Período de Transição, o fim do Conselho da Revolução.

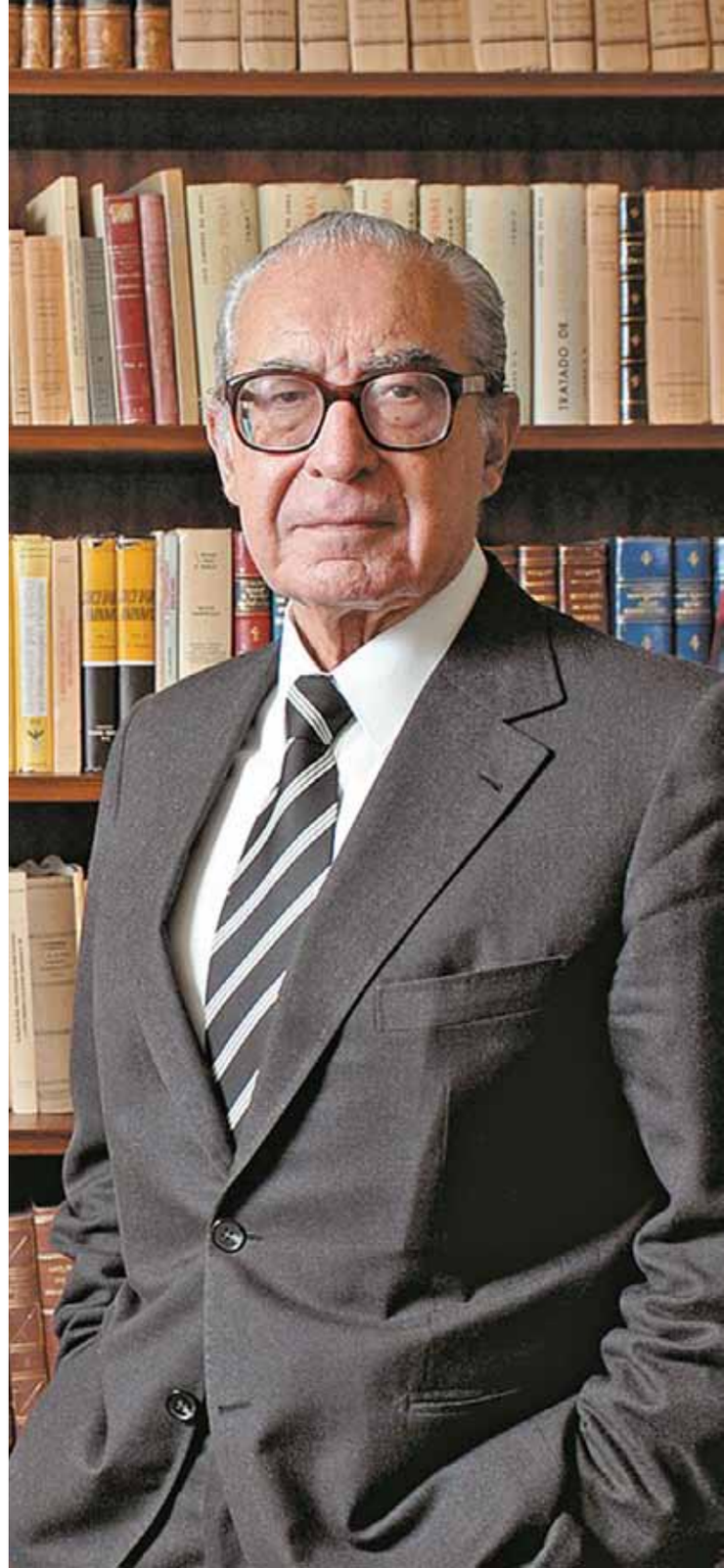
De um conselho seu me lembro perfeitamente, "meu amigo", dizia-me ele, "a um período em que as forças armadas são incensadas, vitoriadas, segue-se sempre um período em que são atacadas, vistas como dispensáveis..."

E continuava, "está prestes a terminar um período em que, após uma guerra, se segue o período da contestação. Ora acontece que essa contestação não aconteceu, face à maravilhosa intervenção dos militares, no fim da guerra, no fim da ditadura, na libertação, na implantação da democracia. Mas, até pela forte intervenção dos militares nestes últimos oito anos, vamos assistir à junção de duas ´razões` para contestação aos militares, isto é, o fim da guerra e a intervenção política dos militares. Por isso, meu caro amigo, aproveitem a capacidade que agora têm para aprovar as medidas que considerem desejáveis para a defesa das Forças Armadas e dos militares que, depois, tudo estará contra vocês!".

O facto é que não consegui convencer disso os responsáveis militares, coisa que ainda hoje lhes não perdoo...

Mas, onde entra aqui a Associação 25 de Abril?

É que, responsável maior pela criação da nossa A25A, foi com o Almeida Santos que discuti a redacção do projecto dos estatu-



PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

António de Almeida Santos

tos que viriam a ser aprovados.
E, um pormenor que pode parecer secundário mas considero de essencial importância, mantenho presente dessa discussão.
Foi num almoço a dois, no restaurante da antiga FIL, que coloquei a Almeida Santos a maior das preocupações que então me assaltava: Eu defendia a criação de uma associação cultural e cívica, onde os militares pudessem desenvolver, de forma indirecta, a sua actividade política. O facto é que os militares no activo não podiam ter actividade política, mas os militares de Abril não podiam demitir-se das suas responsabilidades, cívicas mas também políticas. Por isso tinham de encontrar uma fórmula para o fazer.
Mas, de uma coisa eu estava certo: todos os regimes ditatoriais procuram sempre isolar os agentes da força, os possíveis agentes da repressão, do povo, precisamente o alvo dessa possível repressão. É compreensível que assim seja, é o que sempre acontece.
Por isso, sempre defendi que uma das acções que deveríamos desenvolver era encontrar espaços onde a interligação entre militares e civis se verificasse.
E, em meu entender, a novel associação que queríamos formar teria de ter esse como um dos seus objectivos principais. Mas, aqui surgia um problema: a associação teria como sócios fundadores apenas os oficiais dos quadros permanentes...
Sim, hoje até podemos surpreender-nos com isso. Mas, o facto é que nem sequer consegui fazer aprovar a abertura

para que os sargentos pudessem ser sócios fundadores, quanto mais os civis.
E, se em relação aos sargentos e praças dos quadros permanentes consegui a aceitação para que pudessem vir a ser sócios efectivos, para os civis nem pensar nisso. E, como podemos lembrar-nos bem, era essencial que tivéssemos o maior número possível de oficiais, como futuros sócios fundadores.
Foi aí, nesse almoço, que, perante as minhas preocupações, Almeida Santos me sugeriu "e se nós criarmos uma categoria de associado que não tenha os mesmos direitos, mas a quem não se exijam os mesmos deveres?" Precisando melhor; "à não capacidade eleitoral, activa ou passiva, que não é possível atribuir a um associado civil, podemos juntar a não obrigatoriedade de pagamento de uma quota".
E foi assim que, por sugestão do Almeida Santos, nasceu o associado Apoiante: não pode concorrer aos corpos sociais, não pode votar, mas não é obrigado a pagar quota, devendo na proposta para associado declarar se deseja ou não pagar quota e qual o seu quantitativo.
Só passados cerca de sete anos, quando da primeira revisão dos estatutos, consegui fazer prevalecer a minha opinião de ter uma associação onde os militares e os civis têm o mesmo estatuto associativo.
Aqui fica uma pequena homenagem a um Homem de Abril, a um amigo que recordo com estima, consideração e saudade.

VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)

Fim do Império
n.º 57 OUT/DEZ 1999

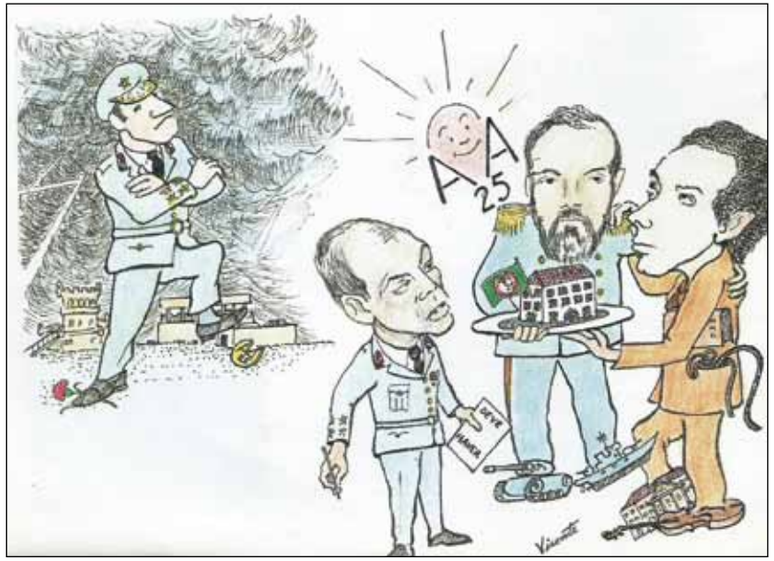
Conspirador da liberdade coronel de Abril pintor e humorista morreu aos 92 anos

LUÍS MANUEL SARAIVA VICENTE DA SILVA, coronel de cavalaria, morreu dia 11 de janeiro de 2016, em Lisboa, na Fundação Lar Cegos de Nossa Senhora da Saúde, em Campo de Ourique. O corpo esteve em câmara ardente na igreja de S. Francisco de Assis. O funeral realizou-se, no dia seguinte, para o cemitério do Alto de São João, onde o féretro foi cremado.

Vicente da Silva ou, simplesmente, Vicente, durante anos, tornou-se presença assídua em *O Referencial*, através da colaboração generosa com o seu desenho humorístico a ilustrar o editorial ou a afirmar crítica mordaz e certeira a acontecimentos da conjuntura política.

Entre 1992 e 2008, o traço de Vicente esteve continuamente presente nas edições de *O Referencial*, com bonecos, desenhos e ilustrações a parodiar ou mesmo ridicularizar acontecimentos a seus olhos merecedores de censura pública e, por isso, objecto do seu humor corrosivo. Uma ou outra vez, diga-se, em abono da verdade, servir-se-ia do traço para elogiar, bem-dizer ou agradecer, mas, de tão fugazes, essas experiêcias foram que, contadas, ficariam longe de completar o número de dedos de uma das mãos de que se servia para animar telas ou avivar iluminuras.

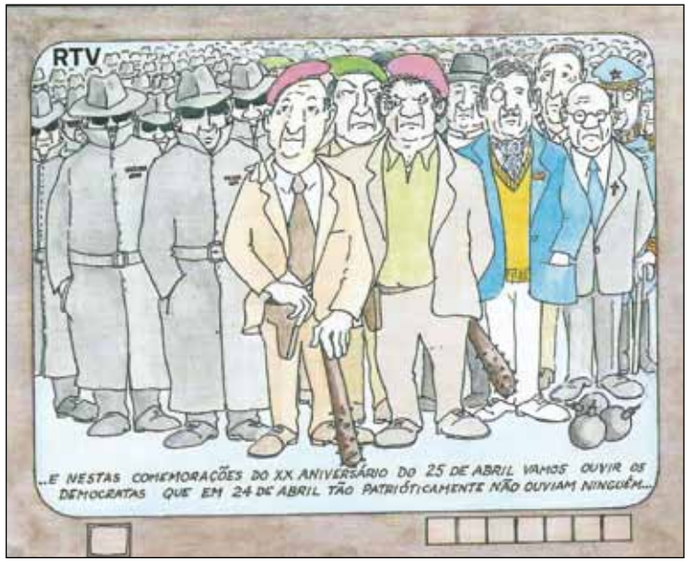
Ainda nas fileiras da Cavalaria, em 1960-1961, Vicente da Silva fez o Curso de Iniciação ao Desenho e Pintura na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa. Anos mais tarde, entre 1977 e 1982, já na situação de reserva



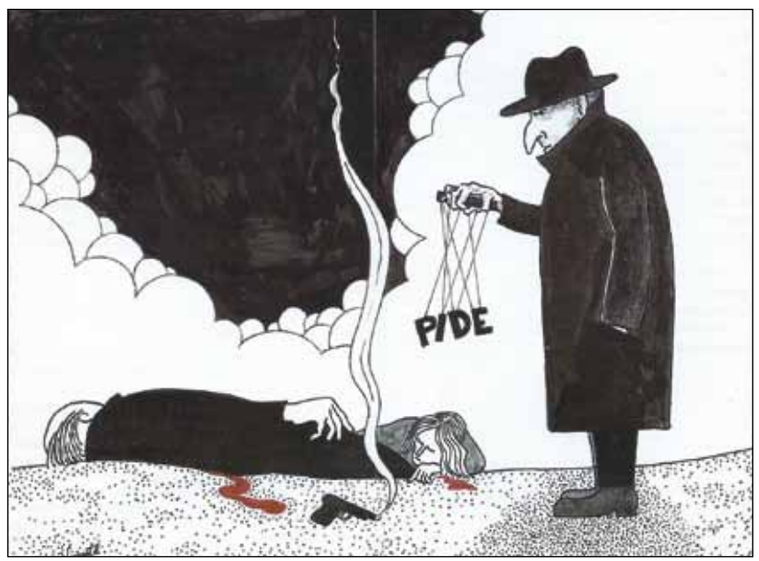
Sede da A25A
n.º 26 JAN/MAR 1992

Bloqueio da ponte 25 de Abril
n.º 36 JUL/SET 1994

VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)



XX aniversário do 25 de Abril
n.º 15 ABR/JUN 1994



Horrores da PIDE
n.º 38 JAN/MAR 1995

licencia-se em Pintura na Escola Superior de Belas Artes em Lisboa.
É com este saber adquirido que Vicente assume o outono da vida, usa pincéis e tintas e desse tempo faz primaveras de juventude carregadas com a esperança luminosa a emergir de tão intenso labor artístico. Nestas páginas recuperamos algumas das colaborações através das quais Vicente honrou *O Referencial* com tão prestimosa colaboração, ao longo de 16 anos consecutivos.

Já na edição n.º 69 de Outubro a Dezembro de 2002, *O Referencial* registara nas suas páginas, várias peças de um puzzle que, no conjunto, pretenderam prestar tributo ao pintor e humorista, quando então se encontrava à beira de contemplar 80 anos idade, mas também ao conspirador pela liberdade envolvido na revolta da Sé, principalmente, ao indefectível coronel de Abril sobre quem perdurou a mágoa por a acção libertadora o ter surpreendido no leste de Angola.
O pai, Virgílio Vicente da Silva, capitão de Infantaria, servia em Abrantes. A mãe, Alice Justina Saraiva, doméstica, acompanhava o marido nas missões para que era chamado a servir. Em 20 de Setembro de 1923, encontravam-se em Tomar, onde o pai dava uma recruta. Foi por causa disso que Vicente da Silva veio ao mundo na cidade do Nabão.
Mais tarde, ingressou no Colégio Militar de onde sai graduado como 1.º sargento cadete, em 1940, tendo sido o último a receber tal distinção, pois o curso, depois de ele o frequentar, seria extinto. A seguir, entra na Faculdade de Ciências de Lisboa, onde conclui os preparatórios para admissão à Escola do Exército. De 1942 e 1944, faz o Curso de Cavalaria na Escola do Exército, prestando depois serviço na Escola Prática de Cavaria em Torres Novas. Recebe os galões de alferes em 1945 e, a partir de então, desenvolve aquilo que viria a constituir uma carreira militar brilhante.
Serve na Índia (Goa) como capitão; no regresso é colocado no Regimento de Lanceiros 2, em Lisboa. Envolve-se no "Golpe da Sé" (11/12 de Março de 1959). Durante quatro anos permanece no Instituto de Altos Estudos Militares em Lisboa; por essa altura é ajudante de campo do marechal Craveiro Lopes, ex-Presidente da República. De 1965 a 1967, faz a primeira comissão em África, servindo como major no Bié (Angola), segundo

VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)

comandante do Grupo de Cavalaria n.º 1 "Dragões". Regressa a Lisboa para leccionar na Academia Militar (1967-1968).

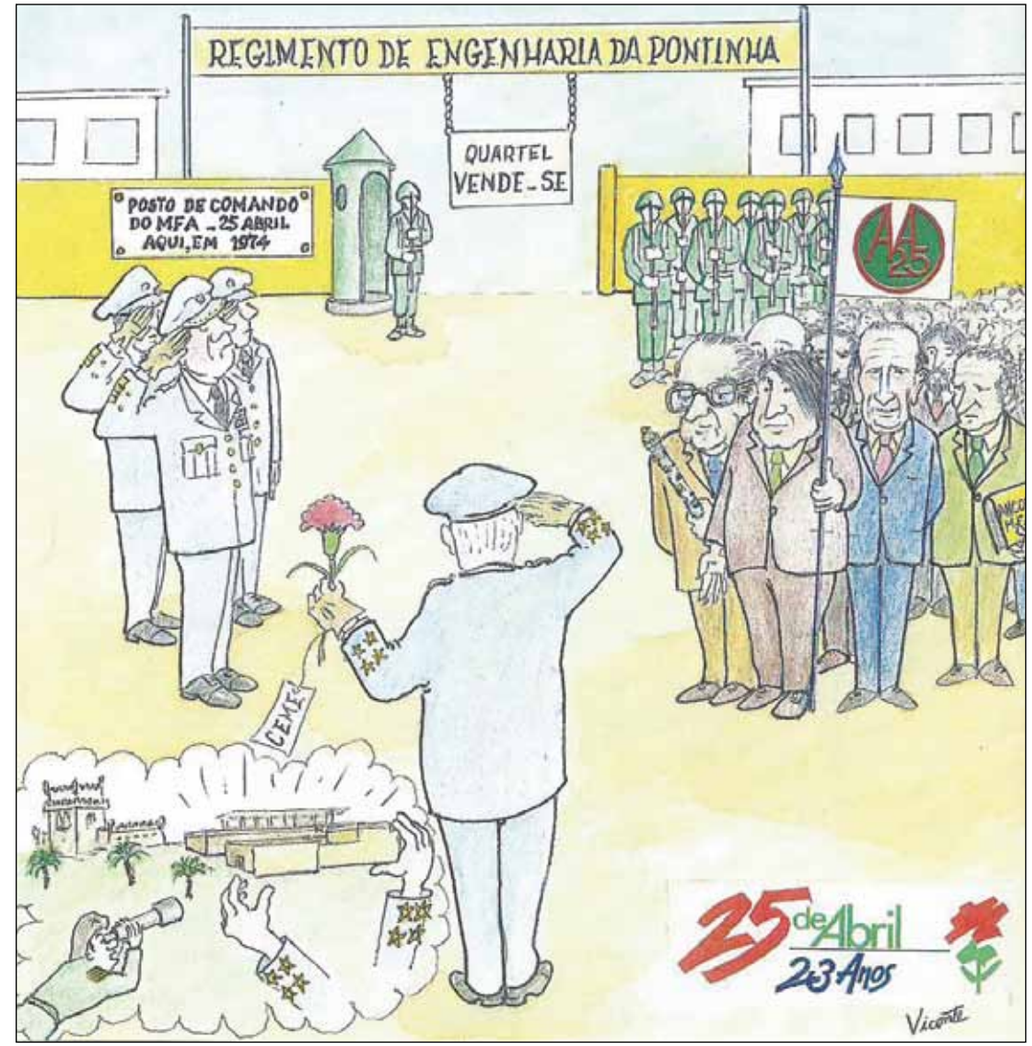
Volta a Angola para uma segunda comissão atribulada por doença grave que determinou a evacuação para Lisboa; cinco meses depois, então como tenente-coronel, está em Luanda, com a missão de estudar e promover o recompletamento da fileira do Grupo de Esquadrão do Bié, no que foi bem-sucedido. Em 1970, volta à Academia Militar em Lisboa para ensinar Táctica de Cavalaria, e em 1972-1974 cumpre a terceira comissão em Angola, Luso (Luena) e Henrique de Carvalho (Saurimo) como tenente-coronel integrado no Estado Maior de Comando do Sector.

Em 1973, recebe os galões de coronel. É por essa altura, que entabula "conversas de esquerda" com o então major Pezarat Correia, ao tempo coordenador do MFA em Angola. Ele que em todos os momentos da sua vida militar, sempre que pode, não deixou de conspirar contra o regime de Salazar e de Caetano.

Um ano depois, encontrava-se como coronel no Leste de Angola. Tinha uma consulta marcada para Luanda, no dia 26 de Abril de 1974, quando apanhou o avião para a capital. Os pilotos traziam jornais a contar tudo. Foi assim que soube do 25 de Abril!

Ao chegar à messe a Luanda havia "um silêncio pesado" e pensou: "o 25 de Abril está perdido". Ignorando os camaradas cabisbaixos, pediu uma garrafa de champanhe para festejar e, matreiro de cumplicidade, piscou o olho aos alferes que, ao fundo da sala, com ele brindaram. Feita a radiografia e inteirando-se que a saúde estava em ordem, pediu ao médico para não lhe dar "alta", a fim de se retardar por Luanda e viver mais intensamente os acontecimentos da revolução.

Teve de voltar ao Leste, mas não descansou enquanto não foi parar outra vez a Luanda. Serviu-se, para isso, de contactos anteriores com o major Pezarat Correia. Na Lunda, em finais de Abril de 1974, assaltara o gabinete da Pide, mas nada encontrou. Os esbirros tinham destruído os ficheiros e fugido para a África do Sul. Acabada a comissão, em Outubro de 1974, regressa a Lisboa e corre até S. Bento "para dar um abraço ao amigo Vasco Gonçalves" com que se cruzara na Índia e também em Angola, ambos pertencentes ao mesmo curso de entrada na Escola do Exército. Aquele abraço acabaria por esbater a mágoa de Vicente da Silva por, no 25 de Abril, ter estado longe.



Pontinha à venda, n.º 47 ABR/JUN 1997

VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)

Já em Lisboa, em 1975, assume a direcção-interina da Arma de Cavalaria. No ano seguinte, é inspector da Arma de Cavalaria e, a 20 de Setembro, no dia em que completou 53 anos, passa à reserva activa. Sem renegar a condição militar, reveste-se, então, de outros atributos e inicia novo ciclo da sua vida. Usa as artes plásticas como meio de expressão artística e de intervenção cívica. Toma parte em diversas exposições, na maioria colectivas, figurando nas mesmas quadros a óleo, gravuras e desenhos.

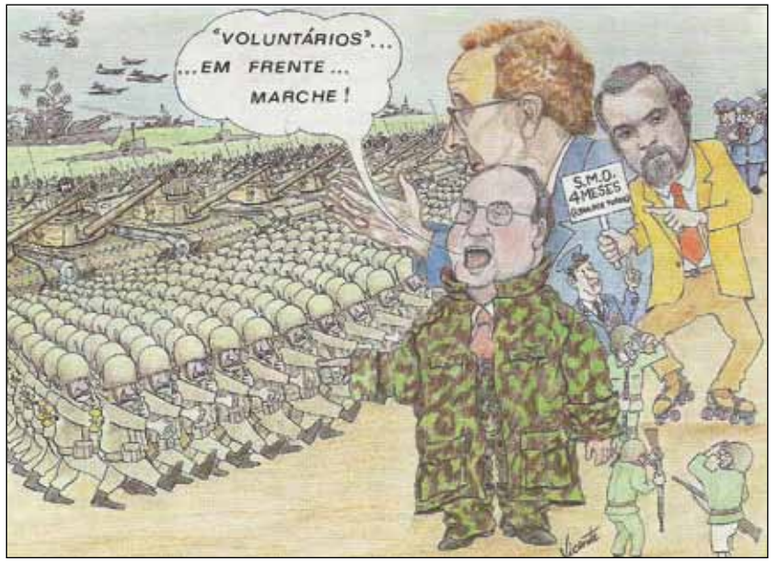
Em 1981, fixa-se na Ericeira. No ano seguinte, encabeça a Lista da APU candidata às eleições autárquicas para o concelho de Mafra. Eleito, cumpre o mandato de vereador da Câmara Municipal de Mafra, com o pelouro do Trânsito e Toponímia. Em 1986, é novamente eleito para a vereação da Câmara Municipal de Mafra mas, na primeira reunião do executivo, trava-se de razões com o presidente e acaba por renunciar ao mandato.

A alma de artista dera-lhe a capacidade para rir de si próprio, de olhar a realidade com perspicácia e de a retratar de forma mordaz. Esse mesmo alento que em si descobrira ao tempo da Escola Prática de Cavalaria em Torres Novas, quando confrontado com os primeiros passos da cavalaria, habituou-o a olhar a vida cavaleira de forma humorística. Os cavalos e as circunstâncias eram vistos com o óculo da veia cómica, talento que depois exprimia em desenhos de tantas histórias de vida real, que publicava numa folhinha chamada *O Lança Chamas*.

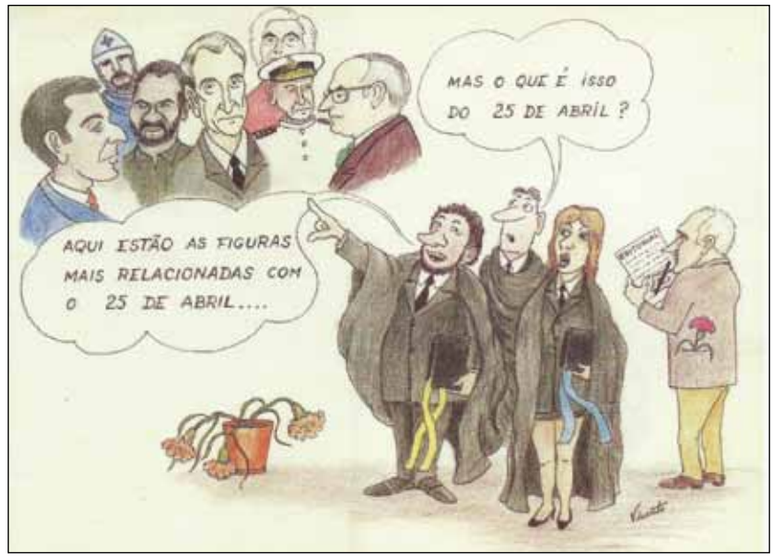
O traço de Vicente está presente no *Jornal do Exército*, desde o primeiro número em 1960 até 1974, com desenhos humorísticos, anedotas, regulamentos, capas de revista e *cartoons* sobre a vida mlitar, sobretudo do período da Guerra Colonial. São célebres os desenhos sobre Armas e diferentes Serviços do Exército, "um humorismo sem ridicularizar onde apresentava cenas da vida militar". Talentos adormecidos quando responsabilidades acrescidas o chamaram a servir, Vicente haveria, porém, de os reavivar, quando se libertou das obrigações militares e de outras decorrentes do exercício do direito de cidadania.

O artista que estava dentro de Vicente encontra, então, outras formas de vida e redobradas razões para se afirmar.

Deixando para trás a experiência autárquica, frequenta com assiduidade o *atelier* contíguo à casa da Ericeira. Retoma cores, pincéis, paletas e telas, remexe a arte do desenho e as formas do *cartoon*. Participa

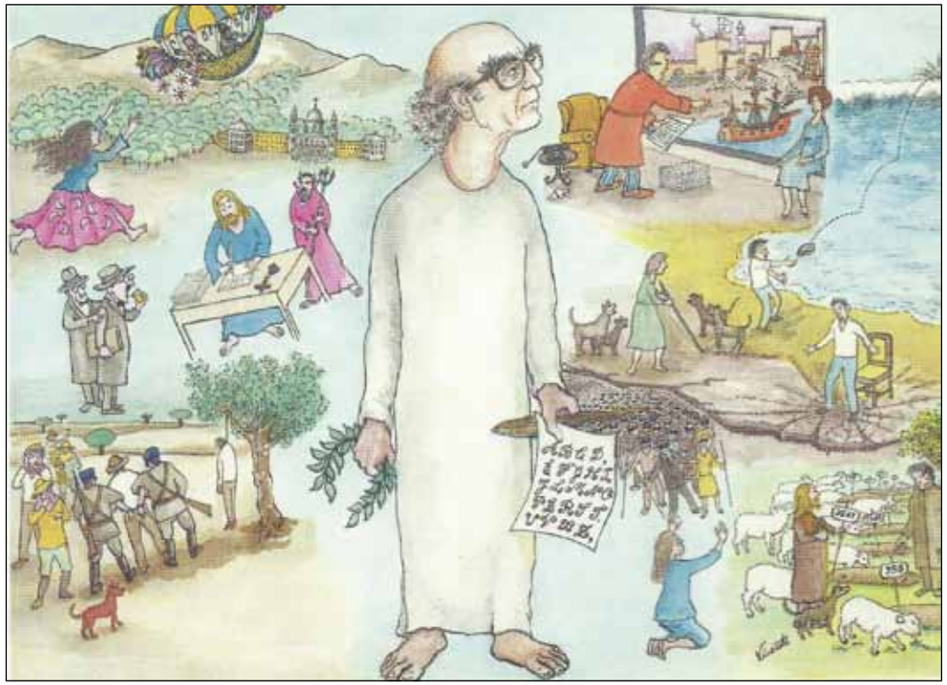


SMO
n.º 43 ABR/JUN 1996



Ensinar Abril
n.º 51 ABR/JUN 1998

VICENTE DA SILVA (1923 - 2016)



Saramago Nobel
n.º 53 OUT/DEZ 1998

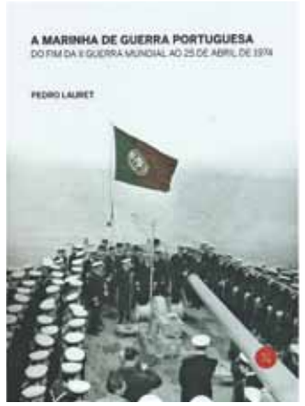
Capitalismo selvagem
n.º 83 ABR/JUN 2006

em exposisões e mostras de arte plástica, enquando vai alimentando *O Referencial* com desenhos prenhes de humor e crítica. O seu nome é referido no Volume III da *História da Arte da Caricatura da Imprensa em Portugal*. Entre 24 de Junho e 9 de Julho de 2000, por ocasião das Comemorações dos 500 anos do Achamento do Brasil, viu obras suas ao lado das de Paula Rego e de outros artistas plásticos expostas na Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva (ex-Casino da Ericeira) numa mostra designada "A Visão do Paraíso".

"Um homem de sorte" a quem "nunca aconteceu nada, nunca levou um tiro e pisou minas que não rebentaram", deixou-nos aos 92 anos com a memória de muitas histórias que a arte perdura.

À família enlutada, a Direcção da A25A e *O Referencial* apresentam sentidas condolências.

JAS



Marinha de Guerra Portuguesa

Do fim da II Guerra Mundial ao 25 de Abril

Martins Guerreiro

ESTE LIVRO ABORDA as diferentes missões da Marinha e a forma como foram desempenhadas neste período, enquadrando-as na situação internacional e nacional da época, é escrito por um oficial de Marinha o comandante Pedro Lauret.

O facto do autor ser um oficial da Marinha dá-lhe por um lado o conhecimento profundo daquilo que trata, mas por outro coloca-o na posição de julgar em causa própria.

Quem conhece o comandante Lauret sabe que os factos e opiniões que transmite e revela sobre a Marinha de então, não são de maneira nenhuma uma retribuição pelos "benefícios" recebidos. Pelo contrário, naquele período o então tenente Lauret era dos que claramente contestavam a Administração da Marinha e alguns dos seus códigos.

Torna-se por isso mais significativa a posição que nos revela neste livro onde descreve a evolução da Esquadra, as preocupações da Marinha com a formação e treino de todos os seus militares e civis, abertura ao mundo e aos outros.

Para os que, como eu, viveram aquele período, verificamos que em muitas das páginas do livro são abordados factos e analisadas situações onde nós próprios participámos. Voltamos a senti-los e revivê-los com alguma emoção.

Para quem passou pela Marinha naqueles tempos, ou teve familiares ou amigos que passaram, a leitura do livro não os vai deixar indiferentes.

Para os que não estão ligados à Marinha a leitura será proveitosa, vai ajuda-los a conhecer e perceber melhor alguns dos acontecimentos fundamentais daquela época e da nossa história.

Nesta apresentação não vos vou falar do conteúdo e dos factos que o livro trata especificamente. Para saber isso terão de o ler.

Vou dar-vos uma chave para a leitura, vou falar de algo mais intemporal e imaterial do que: os acontecimentos, os meios e as pessoas envolvidas, ou seja a cultura e os valores da Marinha que transparecem em muitas das passagens do livro e que explicam muitas decisões, comportamentos e dúvidas dos homens e mulheres.

Naturalmente que também haverá excepções, nem tudo foi bem feito ou bem sucedido.

Como diz o almirante Melo Gomes: uma Marinha não se improvisa, como diz o povo: quem vai para o mar avia-se em terra e, como dizemos nós na gíria naval, no mar nem o óptimo é suficiente.

Porquê tudo isto? Porque o marinheiro exerce a sua profissão no mar, o mar é um meio hostil ao homem, o que significa que tem de haver uma preparação e adaptação específicas para o exercício de tal profissão.

Isso vai originar uma cultura própria, a adopção e o desenvolvimento de determinados valores e capacidades onde se evidenciam o sentido de equipa e de solidariedade, onde se desenvolvem e aprofundam certas aptidões, perícias e qualidades indispensáveis à operacionalidade e segurança dos homens e dos navios.

A Marinha e os seus profissionais militares e civis erigiram ao longo dos tempos um património material e imaterial caracterizado por uma dimensão cultural imbuída de valores de serviço ao País e à Sociedade.

Muitos dos elementos que nos marcaram resultam da experiência e da história da adaptação ao mar, à vida de bordo, ao trabalho de equipa, ao estudo, preparação prévia e planeamento das acções.

De facto, o mar, o navio, as unidades em terra – caso dos fuzileiros – imprimem traços indeléveis no nosso comportamento, modo de encarar as situações e de agir perante os factos.

Neste livro surgem muitos desses factos e situações. Apenas dois exemplos:

Recolha dos militares, mesmo contra a ordem do comandante-chefe, nas margens do rio Cacine na Guiné, depois de em 1973 terem abandonado os aquartelamentos de Guileje e Gadamael.

Forma como o enfermeiro, do DFE em Moçambique, trata os feridos inimigos feitos prisioneiros.

A formação é um elemento essencial da aquisição da nova cultura, está enraizada em toda a Marinha essa preocupação e necessidade, disso depende o êxito da missão ou mesmo a sobrevivência das pessoas.

No mar não se improvisa, mesmo em situações imprevistas. No mar não se correm riscos desnecessários, não se dispensa o estudo anterior, o rigor profissional, a experiência e o treino.

O transporte das lanchas de fiscalização da costa de Angola para os rios do Leste a mais de dois mil quilómetros, a entrada em combate no Luso de uma metade de lancha sobre uma plataforma e o transporte de outras lanchas da costa do Índico para o lago Niassa são casos de situações que exigiram muita imaginação e capacidade de adaptação a situações bastante improváveis.

São muitos os factos e os casos em que se nota a preocupação com a formação para o desempenho das tarefas. Depois da execução, volta a ser analisada e avaliada a boa formação ou a sua insuficiência.

Dado que esta questão é essencial na cultura e vida da Marinha, como se formam os marinheiros? Em que Escolas?

O livro responde em parte a isso.

A vida a bordo, nas unidades em terra e a natureza da profissão obrigam à assimilação e desenvolvimento de uma linguagem própria e uma cultura específica que reconhece e valoriza determinadas aptidões e capacidades.
A par da evolução da transmissão de conhecimento técnico e científico que acompanha os novos meios, existe a permanência de práticas semelhantes consubstanciadas nos valores a transmitir e na tradição naval a assimilar.
Por diferentes formas e vias os marinheiros formam o seu carácter: adquirem aptidão profissional e hábitos de disciplina, cultivam a relação social, socializam-se, assumem responsabilidades, correm riscos e preparam o difícil equilíbrio entre a vida do mar e da casa, entre o obrigatório e a livre escolha;
Aprendem a fazer bem feito, o que obriga a estudo prévio, preparação, planeamento, cuidado na execução e no trabalho e a algum risco.
Isto é evidente nos resultados, comparando o desempenho das missões no âmbito da Marinha – caso do binómio lancha/fuzileiros, ou inseridos noutras estruturas com diferente cultura ou práticas que exigem menor preparação, os resultados são bem diferentes num caso e noutro.
A evolução da Marinha neste período 1945-1974, as alterações da Esquadra, a forma como definiu as suas missões, criou ou adquiriu novos meios, como formou os seus homens, como planeou o seu crescimento e como soube tirar melhor rendimento dos seus recursos e capacidades adaptando-os a missões muito diferentes, revela bem a sua cultura estratégica, organizativa, de planeamento e gestão de recursos, procurando fazer bem feito, tendo em atenção as pessoas e as suas condições de vida.
Naturalmente nem tudo corre sempre bem, existiram e existem algumas excepções nas práticas e nos comportamentos.
Só com profundo sentimento da cultura naval e conhecimento das capacidades do ramo se podem tomar e compreender as decisões estratégicas do início dos anos sessenta, de não empenharem todos os meios na guerra colonial ou no ano de 1970, depois de um contínuo crescimento de meios e homens nos três teatros de operações, o ministro pelo despacho 130 ter decidido congelar tal crescimento, apesar da previsão de agravamento da guerra, sobretudo em Moçambique e na Guiné.
Para despertar o vosso interesse vou dar alguns elementos sobre a evolução da Esquadra e o empenhamento da Marinha em África e como se adaptou às novas situações e tarefas.
No período em análise até ao fim da aviação naval – 1951 – operámos e mantivemos 256 aeronaves de quatro origens : inglesa, francesa, americana e italiana; adquirimos ou construímos e enviámos para os teatros de operações em África ou colocámos ao serviço em Portugal, 156 lanchas de fiscalização e desembarque: grandes, médias e pequenas; formámos 62 Destacamentos de Fuzileiros e 45 Companhias.

A evolução da Esquadra é enorme, com as consequentes alterações de formação, organização operacional, do pessoal, das infraestruturas logísticas de instrução ou de comando.
Operámos e mantivemos meios de seis origens: inglesa, americana, francesa, italiana, alemã e espanhola para além dos que concebemos, projectámos e construímos em Portugal.
Passamos de uma Marinha colonial de avisos de 1ª e 2ª para estação em África e no Oriente, para uma Marinha com meios e doutrina adequados à estrutura NATO e posteriormente, sem abandonar tal aquisição, fazer nova adaptação à guerra colonial, o que obrigou a novo esforço reorganizativo e de aquisição de meios, voltando ainda ao início dos anos 1970 à valorização da ligação à NATO como forma de actualização, progresso profissional e sobretudo de garantir algum espaço de manobra e influência do País.

Neste livro poderão constatar as grandes alterações da Esquadra e da organização da Marinha nas diferentes fases e também que, para além da dimensão militar, existem outras igualmente importantes para o serviço ao País; a abertura ao mundo e o sentido humano estão sempre presentes.
O serviço da Marinha ao País não se esgota no aspecto militar, abrange também a fiscalização do mar, a salvaguarda da vida humana no mar, a representação externa, os serviços técnicos e científicos, a investigação, o ensino, a indústria naval, o projecto e concepção de novos meios.
As capacidades dos mergulhadores, da engenharia naval, hidrográfica ou oceanográfica foram e são muitas vezes colocadas ao serviço da sociedade portuguesa, o mesmo sucede com os serviços de saúde, a câmara hiperbárica é apenas um dos exemplos mais significativos.
No ensino e na inovação de métodos, a Marinha foi referência para a sociedade, o caso mais recente foi no ensino à distância.
Servir o País em todas as áreas possíveis está claramente expresso no nosso lema a "Pátria honrai que a Pátria vos contempla".
Desde sempre na Marinha foi consensual o uso dos meios navais e dos conhecimentos e capacidades técnicas ou científicas para mais do que um fim. Daí a filosofia do duplo uso: missões de carácter militar ou de serviço público e nalguns casos até poderemos considerar de triplo uso: militar, serviço público e de investigação científica.

Os meios navais são demasiado caros e a formação das suas guarnições extremamente valiosa, seria um grande desperdício de recursos tentar duplicar meios noutros organismos, não aproveitando integralmente os que existem em todas as suas capacidades e potencialidades.
Ignorar isso ou tentar reduzir as Forças Armadas e especificamente a Marinha sem ter em conta os diferentes serviços que prestam e podem prestar ao País, para além de ser uma visão míope é perigosa, ignora a sua importância na afirmação de Portugal no mundo; enfraquecendo e reduzindo no futuro a sua liberdade de decisão e escolha; é questionar um instrumento fundamental do Estado e da nossa própria identidade.

Durante várias dezenas de anos, após o aparecimento do jogo, os jogadores evitaram intervir sobre as aberturas em 1ST. Sabendo que estas correspondiam a mãos com 16/18PH (até aos anos 70 era esse o valor praticado) temiam ser "apanhados entre dois fogos", com consequências muito gravosas, como resultado do eventual dobre pelo parceiro do abridor.

Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades, conceito que também se aplica no bridge. Progressivamente os jogadores ultrapassaram o atávico temor de intervirem após as aberturas adversárias em 1ST, até porque a força dessas aberturas baixou para 15/17PH (quando não mesmo para 12/14PH), sempre que detivessem mãos adequadas para "interferirem" no leilão.

Torna-se evidente que eram as mãos distribuicionalmente desbanlançadas (unicolores pronunciados ou bicolores) as que melhor se adequavam para, com maior segurança, intervir sobre as aberturas em 1 ST.

Estava definido o cenário que justificava o aparecimento de convenções que permitissem transmitir ao parceiro o exacto tipo de mãos detidas pelo interventor.

Naturalmente foram criadas uma série de soluções que, melhor ou pior, resolviam a questão em apreço.
Podemos referir várias convenções: - LANDY, CAPPELLETI, RIPSTRA, ASTRO, BROZEL, PINPOINT ASTRO, ASTRO MODIFICADO, etc., etc.

E evidente que o aparecimento de tantas soluções para o mesmo problema se deve ao facto de este ter, não só uma séria acuidade, como uma ocorrência significativa na prática diária do jogo.

O CAPPELLETI e o LANDY já mereceram análise particular em anteriores artigos. Decidimos agora apresentar o DONT.

1. CONVENÇÕES
   1.27 – O DONT

Esta convenção foi mais uma feliz criação desse enorme autor, professor e praticante que é MARTY BERGEN. Sem, duvida que o BRIDGE, enquanto jogo, a ele muito deve do seu desenvolvimento.

A denominação escolhida (DONT) não é mais do que o acrónimo da ideia força que esteve na génese do objetivo perseguido e que o autor identificou como **D**ISTURBING **O**PPONENTS **N**O **T**RUMP.

Para MARTY BERGEN tornou-se evidente que a linha contrária à que pertenceu uma abertura em 1ST tem poucas esperanças em aspirar à marcação duma partida. A percentagem de sucesso sobe significativamente no que se refere à obtenção legítima dum parcial, desde que o par tenha a competência necessária para marcar o contrato adequado.

Para o autor será importante, para além de tentar conseguir um parcial não deixar, sempre que possível, de interferir no leilão retirando aos ADVS o conforto que advém de poderem leiloar sem os obstáculos criados pelas incómodas intervenções da linha contrária. Este retirar do conforto de marcar sem interferências está evidente no propósito inerente ao DISTURBING da denominação. Definidos que foram os objectivos perseguidos importará agora concretizar a forma como se procurará atingi-los.

Ao construir este método convencional M. BERGEN começou por declarar inútil o antigo conceito que identificava a voz de Dobre, na intervenção, como especificamente punitiva, dado o caráter particularmente restritivo, em termos de ocorrência, que esse significado vinculava à intervenção por Dobre.

Perante a inutilidade como castigo o autor atribuiu, ao Dobre sobre uma abertura em 1ST, o significado de identificar a detenção dum jogo unicolor. Ao dobrar o jogador pede ao parceiro que marque 2♣ (RELAIS), o que permitirá a quem dobrou passar, se for ♣ o seu naipe comprido ou marcar o naipe, identificando assim a unicolor. Se dobrar e depois corrigir para 2♠ o jogador está, por definição, a identificar uma mão muito boa. Já se marcar 2♠ directamente sobre a abertura está a mostrar uma mão muito mais fraca e detentora de um unicolor em ♠.

Já qualquer outra intervenção em naipe (2♣, 2♦ ou 2♥) identifica mãos bicolores, em que um dos naipes corresponde ao da intervenção e o outro será um naipe mais rico.

Assim 2♣ identifica um bicolor ♣/♦, ♥ ou ♠. Já 2 ♥ identifica obviamente um bicolor ♥/♠.
Esclarece o autor que os jogos bicolores idealmente correspondam a mãos 5/5 ou 6/5, mas que será admissível intervir com mãos 5/4.

Definido que foi o OBJECTIVO pensado para o DONT e materializada a FORMA de o atingir, importará agora referir quais as CONDIÇÕES necessárias para pôr em marcha as intervenções, sobre as aberturas em 1ST, baseadas neste esquema convencional.
Sobre este assunto o autor não indica valores mínimos para que o DONT funcione. Apenas recomenda que o possível interventor tenha em atenção as vulnerabilidades relativas e que em situações favoráveis não se amedronte e que, com distribuições adequadas, perturbe o leilão dos ADV, procurando atingir um parcial com a segurança conseguida pelo número de trunfos em linha.

A análise sobre as virtudes, objetivos e condições de funcionamento ficaria obviamente incompleta se não houvesse qualquer referência à forma como o parceiro do interventor deverá reagir. Sobre este particular o autor refere que ao parceiro do jogador que utilizou o DONT apenas será exigido que leiloe com sensatez e que tenha <u>sempre</u> presente que o objectivo é perturbar com a ambição de atingir, em segurança, a marcação dum parcial.

Tendo em consideração o que foi referido deve procurar garantir um fit e, logo que conseguido, abandonar qualquer veleidade de, eventualmente, conseguir outro mais sólido, mas com o risco de dar com o "burro na água"

A tal sensatez em leiloar obviamente que levaria o parceiro em S perante o leilão:

W	N	E	S
1ST	2♣	P	?

e com a mão:

♠	♥	♦	♣
10	D	8	4
9	7	6	2
6	2	4	
4		3	

a marcar 2♦ pois que, neste caso, tinha **a garantia** de que, qualquer que fosse o outro naipe do bicolor do parceiro o fit conseguido seria muito mais alargado. É este o tipo de sensatez requerida pelo parceiro do interventor e que a análise da sua mão, conjugada com a marcação do parceiro, naturalmente aconselham.

Até ao próximo número.

Assembleia Geral da Associação 25 de Abril

Em reunião ocorrida dia 19 de Março de 2016, na sede social, em Lisboa, a Assembleia-Geral da Associação 25 de Abril, presidida por Amadeu Garcia dos Santos, aprovou o Relatório e Contas da Direcção, relativo ao exercício de 2015, por unanimidade e aclamação. Durante os trabalhos, que não registaram quaisquer ourtras propostas, foram formalmente admitidos os associados propostos durante o ano de 2015.

O Relatório e Contas de 2015 está disponível em:
http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=39
http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=40

CONVITES

Presidente da Fundação Mário Soares, inauguração da exposição que assinala o 20.º aniversário do inicio de actividade da Fundação, 17-03-2016; presidente da Câmara Municipal de Almada e director Artistico do Teatro Municipal Joaquim Benite, apresentação da Programação para 2016, 08-01-2016; estreia de "Frei Luis de Sousa", 01-04-2016; inauguração da exposição de Maria Condado, 16-01-2016; Gala SPA/RTP-Prémio Autores 2016, 22-03-2016; Teatro Nacional D. Maria II e Comédias do Minho, estreia de "Os onze pares de França", 04-02-2016; Clube do Sargento da Armada, comemoração do 41.º Aniversário do Clube do Sargento da Armada, 22-02-2016; Sessão de encerramento do 1.º Encontro Nacional do Bloco de Esquerda, 20-02-2016; Livraria Circulo das Letras e Editora Campo da Comunicação, apresentação do livro "Manual da Campanha Eleitoral", 06-01-2016; Direcção da Liga da Multissecular Amizade Portugal China lançamento do livro "Macau, Século XXI", coordenado por Aniceto Afonso, 07-01-2016; Museu Nacional da Imprensa e Casa da Imprensa, inauguração da exposição "Liberdade com humor", 07-01-2016; Edições Colibri e Instituto de História Contemporênea da Universidade Nova, apresentação da obra "Pessoas, objectos e sentimentos" de Gonçalo Carvalho Amaro, 11-01-2016; Câmara Municipal de Grândola, inauguração da exposição de António Inverno "Não morro nem que me matem", 16-01-2016; exposição "Sons de cá", 04-03-2016; MUDE, colecção Francisco Capelo, inauguração da exposição, 15-01-2016; apresentação do livro "TAP Air Portugal: Imagem de um Povo", 12-03-2016; inauguração da exposição "Miguel Jacobetty: Um escritório para apartamento" 31-03-2016; Le Monde Dipomatique, apresentação do DVD "Vista Desarmada", de Regina Guimarães e Saguenail, 14-01-2016; apresentação do livro "Engrenagem Terror" 18-02-2016; Edições Colibri, lançammento do livro "5.ª Divisão – MFA – Revolução e Cultura" de Manuel Begonha, 01-01-2016, apresentação da obra "Forais Manuelinos – Juromenha – Alandroal – Terena – 1512-1516", 16-01-2016; apresentação do livro "O Fluir do tempo", de Manuel Simões, 12-02-2016; apresentação do livro "Marvão e Ammaia - O Paraíso Prometido" de Florival Lança, 27-02-2016; apresentação do livro "O Fluir do tempo" de Manuel Simões, 02-03-2016; apresentação do livro "A Maldade no Cinema de Ingmar Bergaman", de António Júlio Rebelo, 19-03-2016; Sessão de Lançamento do livro "Equipas de Trabalho – Instrumentos de Avaliação", 01-04-2016; Exposição de pintura de Paulina Evaristo, 05-01-2016; Federação das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa, tomade de posse dos Órgãos Sociais, 22-01-2016; AJA Lisboa, comemoração do 4.º aniversário, 11-01-2016; Evocação da Revolta da Marinha, com Fernando Rosas, 18-01-2016; evento "Onde acaba a arte e começa a política", 31-01-2016; evocação a Zeca Afonso – 29 anos depois, 23-02-2016; Editora Converso, apresentação do livro "Gérald Bloncourt – O olhar de compromisso com os filhos dos Grandes Descobridores", de Daniel Bastos, 22-01-2016; Biblioteca Municipal de Beja e as Edições Colibri, apresentação do livro "Rios de Paixão" de Carmo Miranda Machado, 22-01-2016; Fundação Mário Soares, evocação de Maria de Jesus Barroso, 29-01-2016; Edições Colibri e Teatro do Convento, apresentação de "Canto Matinal – de Évora ao Cairo" de António Murteira, 30-01-2016; Associação de Pais da Senhora da Hora, Noite de poesia, 29-01-2016; Casa da Cultura de Trofa, lançamento do livro "Nevoeiro" de César Alves, 13-02-2016; Edições Colibri, Turismo do Alentejo e Casa do Alentejo, lançamento do livro "O Monte das Tílias" de Lúcia Gonçalves, 13-02-2016; Casa da Cultura de Trofa, exposição de ilustração de "Raquel Costa - Not out of the woods yet», 13-02-2016; ADFA, Sessão Solene de Despedida de Sua Excelência o Presidente da República, 24-02-2016; Museu Bernardino Machado, conferência "A Censura e a Liberdade de Imprensa", 26-02-2016; Direcção da A.P.M.J. lançamento do livro "Combate à Violência de Género - da Convenção de Istambul à nova Legislação Penal", 22-02-2016, Publicações Dom Quixote, apresentação do livro "Os Navios da Noite" de Jorge de Melo, 07-03-2016; apresentação do livro "Desnorte" de Inês Pedrosa, 08-03-2016; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "A Música no Período Barroco - obras para oboé barroco e cravo", 05-03-2016; presidente da Câmara Municipal de Oeiras, "Angola a Branco e Preto: Colecção Neves e Sousa", 05-03-2016; Instituto da Defesa Nacional, lançamento do livro "Sociedade em Rede, Ciberespaço e Guerra de Informação: Contributos para o Enquadramento e Construção de uma Estratégia Nacional da Informação", do tenente-coronel Paulo Viegas Nunes , 14-03-2016; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neorealismo, Exposição "Manuel Guimarães, sonhador indómito – Programação complementar" 10-03-2016; Edições Colibri e Câmara Municipal de Penacova, apresentação da obra "Conexões" de Luís Pais Amante, 12-03-2016; Câmara Municipal de Oeiras e Galeria Verney, apresentação da obra, "Frederico e eu" de Maria Luida Folques, 11-03-2016; Edições Colibri e Departameno de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da FCSEA da ULHT, apresentação da obra, "Naquele dia Naquele CAZENGA" de Adolfo Maria; 16-03-2016; FENPROF, 12.º Congresso dos Professores, 29/30-04-2016; Edições Colibri, e os autores, apresentação da obra, "SETENAVE - História de um Estaleiro", de Alberto J. da Conceição, António S. Barros, José M. Sardinha, 21-03-2016; Câmara Municipal de Loures, Exposição "Comunicações Militares - Guerra Colonial. Um breve olhar sobre o passado", de Luis Fernando Dias, 23-03-2016; inauguração da exposição "Mundos Paralelos", de Jorge Rebelo, 02-04-2016; Edições Colibri e Academia Internacional de Cultura Portuguesa, apresenrtação da obra "Vida Beve" de Adelino Torres.

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Registámos o falecimento dos seguintes associados:
Armando Moreira Inácio (sócio fundador); António Pinheiro Seborro (sócio fundador); Emydio Landerset Cadima (sócio efectivo); Francisco Fernandes de Almeida (sócio fundador); João dos Santos Ferreira (sócio fundador); João Lopes Ribeiro (sócio fundador); João Manuel Cunha Lomelino Victor (sócio efectivo); José Francisco Carapinha (sócio fundador); Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva (sócio fundador); Manuel Jorge Caramelo (sócio fundador); Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho (sócio efectivo).
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

COMTRADIÇÃO
RESTAURANTE

Rua da Misericórdia, 95
Lisboa
Tel. + 351 213 470 114
tlm. + 351 911 157 805

email. www.com-tradicalrestaurante.com
www.com-tradicao.com

TORRA AO SABOR PORTUGUÊS
CAFÉS DO MUNDO

Descubra o café que sabe a Portugal.

Há mais de 50 anos que a Delta aperfeiçoa o sabor do café ao gosto de Portugal. Podemos não ser um país produtor de café mas sabemos bem como é que ele fica bom. Delta Portugal é o café como nós gostamos, no ponto perfeito da torra ao sabor português. Uma tradição que se renova, porque o sabor ao que é nosso nunca muda.

DELTA CAFÉS

O CAFÉ DA SUA VIDA

Juntos por um futuro mais certo.

Junte-se aos cerca de 650 mil portugueses que protegem o presente e garantem o futuro com as soluções de poupança e proteção da Associação Mutualista Montepio. Conheça a modalidade **Capital Certo** e, a partir de 150€, beneficie de um rendimento mínimo anual garantido*. Torne-se Associado e usufrua das vantagens de pertencer à maior associação portuguesa.

www.montepio.org

Associação Mutualista Montepio

Juntos por todos

* A atribuição de um Rendimento Mínimo Garantido será definida em cada Série, onde será, igualmente, definida a natureza fixa ou variável da taxa e, neste caso, o indexante de referência, bem como o regime de capitalização, caso exista, e a frequência de pagamento.

Não dispensa a leitura da Ficha Técnica da Modalidade e a da respetiva Série.

Montepio Geral Associação Mutualista · IPSS · DGSS n.º 3/81 · NIPC 500766681
Sede: Rua Áurea, 219-241, 1100-062 Lisboa · Apartado 22882 · E. C. Socorro 1147-501 Lisboa